BUSCA ATIVA
ESCOLAR

UNDIME
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

unicef
para cada criança

Como elaborar um Plano de Ação da Busca Ativa Escolar



A adesão à **Busca Ativa Escolar** é o primeiro passo para a implantação da estratégia. A partir dela já são definidos(as) o(a) gestor(a) político(a) e o(a)coordenador(a) operacional. O próximo passo será elaborar um Plano de Ação, capaz de orientar todas as atividades necessárias para a sua implementação, bem como as responsabilidades de cada um dos diferentes atores.

Esse plano de ação deverá ser liderado pelo(a) coordenador(a) operacional e contar, para sua elaboração, com a participação ativa dos(as) supervisores(as) institucionais das diferentes secretarias e órgãos participantes da Busca Ativa Escolar no município ou no estado. É importante ainda que o plano seja referendado pelo(a) gestor(a) político(a) para que contribua na mobilização dos diferentes atores envolvidos.

O plano de ação deve ser elaborado antes do início da execução das atividades. Isso evitará uma implementação mal planejada e mal executada. Esse instrumento é dinâmico e deve ser revisitado e atualizado permanentemente, sempre que necessário, e de acordo com as aprendizagens alcançadas no decorrer de seu processo de implementação.

A seguir são indicados alguns elementos que podem compor o plano de ação.



01

Diagnóstico



É preciso levantar dados sobre a situação do município ou estado, de forma a compreender o seu cenário para a implementação – o que pode ser potencializado e o que representa desafios a serem enfrentados.

- Levantamento de dados de contexto: número de habitantes, sobretudo de bebês, crianças e adolescentes de 0 a 17 anos; características geográficas (área rural, área urbana, áreas especiais, como assentamentos, quilombos, terras indígenas etc.); dados sociodemográficos e outras informações relevantes.

- Registro de informações sobre a rede escolar (número e localização das escolas das redes municipal e estadual, oferta das diferentes etapas e modalidades de ensino de responsabilidade municipal e estadual, dinâmicas/fluxos de matrícula etc.);

- Levantamento de informações sobre violências e violações de direitos de crianças e adolescentes;

- Mapeamento de dados de crianças e de adolescentes fora da escola e/ou em risco de abandono e evasão já levantados pelo município/estado;

- Levantamento das normativas municipais, estaduais e nacionais sobre Educação e Proteção de crianças e adolescentes;

Mapeamento de serviços e de equipamentos públicos que participarão da estratégia;

Mapeamento de organizações da sociedade civil que podem participar e/ou apoiar a implementação da estratégia.

Fontes de dados

Educação

- Censo Escolar / Inep: Quantidade e localização das unidades escolares, número de estudantes e vagas, por etapa de ensino;
- Sistema Gestão Presente: dados sobre infrequência escolar;
- Escolas: dados sobre infrequência escolar, abandono e evasão;
- Pnad Contínua IBGE: dados de exclusão escolar por estado e nacional;
- Censo Demográfico: dados de exclusão escolar por município;
- Painel de dados no site da Busca Ativa Escolar: dados a partir da Pnad e do Censo Escolar.

Proteção / Assistência social

- Sipia: violências e violações de direitos de crianças e adolescentes registradas pelos conselhos tutelares;
- Registro Mensal de Atendimento /CREAS: violência sexual, trabalho infantil, violência intrafamiliar e doméstica, dentre outros;
- Sinasc / Ministério da Saúde: nascidos vivos mães abaixo de 14 anos; nascidos vivos mães de 15 a 17 anos.

Saúde

- Sinan / Ministério da Saúde: agravos de saúde.

Outros dados importantes podem ser obtidos em parceria com as secretarias e equipamentos públicos das secretarias e órgãos participantes da BAE no município ou no estado.



02

Organograma



É preciso definir quais secretarias / órgãos vão participar da BAE e, delas, quais profissionais assumirão as funções de: supervisores(as) institucionais; técnicos(as) verificadores(as) e agentes comunitários(as).

O organograma é dividido em:

Comitê Gestor

É formado pelo(a) gestor(a) político(a), coordenador(a) operacional e supervisores(as) institucionais, responsáveis pela implementação intersetorial da estratégia e pela coordenação do Grupo de Campo.

Grupo de Campo

É formado pelos técnicos(as) verificadores(as) e agentes comunitários(as) e realizam as ações de busca ativa nos territórios, bem como a abordagem às famílias.

Comitê Intersetorial Ampliado

É composto por outras secretarias, órgãos públicos e de controle/fiscalização, e organizações sociais que não participam diretamente da implementação da BAE no município ou estado, mas que podem colaborar na resolução de casos, no monitoramento, na avaliação das ações, na elaboração de diagnósticos sobre a situação do município e na validação social do que está sendo realizado.

É preciso definir:

- Profissionais envolvidos (nome, órgão e função);
- Atribuições na gestão e/ou no acompanhamento dos casos;
- Definição de fluxo de informações (instrumentos e estratégias a serem utilizadas – grupo de whatsapp, reuniões presenciais, envio de relatórios gerenciais etc.);
- Periodicidade de reuniões.

Profissionais e papéis

Para que cada profissional tenha segurança, possa desempenhar com êxito o seu trabalho e tenha noção da sua responsabilidade nos processos, é preciso que seu papel seja bem definido e pactuado, bem como as ações que executará.

A planilha a seguir pode ser útil para estruturar o organograma. Veja o exemplo:

Órgão	Nome	Função	Atribuição na metodologia	Uso da plataforma
Secretaria de Educação	XXX	Supervisor institucional	Supervisor grupo de campo Gerir os casos da área de educação	Aceitar alertas; realizar a gestão dos casos
	XXX	Técnico Verificador	Abordar famílias a partir dos alertas gerados	Abordar as famílias a fim de realizar as etapas de pesquisa e análise técnica
	XXX	Agente comunitário	Identificar crianças fora da escola	Gerar alertas
Secretaria de Assistência Social	XXX	Supervisor institucional	Supervisor grupo de campo Gerir os casos da área de assistência social	Aceitar alertas; realizar a gestão dos casos
	XXX	Técnico verificador	Abordar famílias a partir dos alertas gerados	Abordar as famílias a fim de realizar as etapas de pesquisa e análise técnica
	XXX	Agente comunitário	Identificar crianças fora da escola	Gerar alertas
Secretaria de Saúde	XXX	Supervisor institucional	Supervisor grupo de campo Gerir os casos da área de saúde	Aceitar alertas; realizar a gestão dos casos
	XXX	Técnico verificador	Abordar famílias a partir dos alertas gerados	Abordar as famílias a fim de realizar as etapas de pesquisa e análise técnica
	XXX	Agente comunitário	Identificar crianças fora da escola	Gerar alertas
Ministério Público	XXX	Participante do Comitê Ampliado	Monitorar a implementação	Não tem função e nem acesso

03

Formalização



É importante que a Busca Ativa Escolar seja formalizada na estrutura governamental por meio de lei, decreto e/ou portaria. Além da estratégia, é recomendável formalizar o Comitê Gestor com os(as) profissionais indicados por secretaria / órgãos e suas atribuições.



04

Metas

É muito importante definir metas de atendimento e de (re)matrícula a fim de orientar a implementação e mensurar os resultados. A meta deve ser calculada com base na análise sobre os dados levantados no diagnóstico; podem ser finais ou escalonadas ao longo do tempo.

As metas podem abranger:

Crianças e adolescentes em risco de abandono ou fora da escola a serem identificados;

Atendimentos intersetoriais a serem realizados;

(Re)matrículas a serem realizadas.

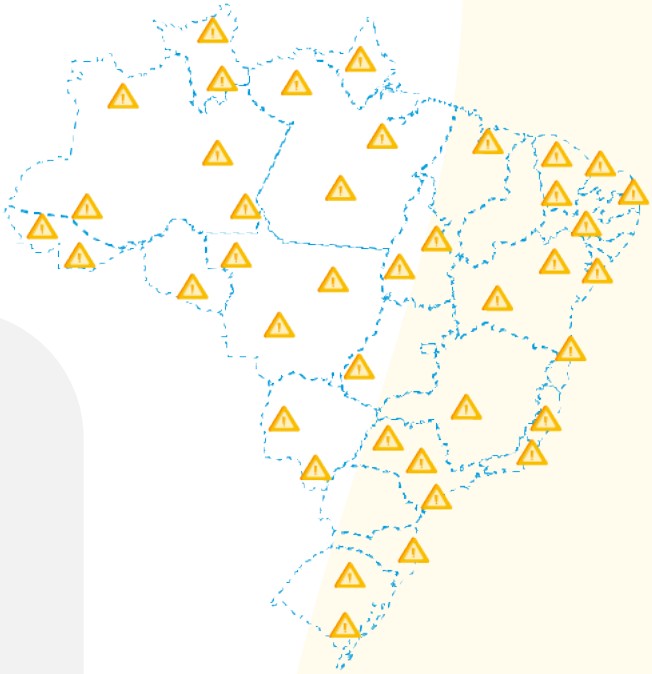


05

Risco de abandono ou exclusão escolar: produção de alertas



A identificação de crianças e adolescentes em risco de abandono ou fora da escola e a emissão de alertas é a primeira etapa da estratégia e porta de entrada dos casos na plataforma. Portanto, é crucial conceber de que forma isso vai ocorrer no município ou estado, definindo profissionais envolvidos (e de quais áreas), suportes a serem utilizados e locais prioritários de atuação. A equipe pode definir por trabalhar em determinados territórios mais vulneráveis ou de forma abrangente em todo o território.



› Quem realiza (além dos agentes comunitários(as), outros profissionais também farão alertas);

› Locais (por municípios jurisdicionados, territórios, bairros, geral);

› Formas de produção de alertas por profissional (uso de formulário em papel, app no celular, computador);

› Fontes de informação (dados a serem utilizados como critérios para os alertas: áreas ou grupos mais vulneráveis, composição da rede de proteção nos territórios etc.).



06

Fluxo de atendimento dos casos



Definir como será o fluxo de atendimento intersetorial dos casos, a partir dos motivos de risco de abandono ou exclusão escolar constantes na metodologia.

Mapeamento de equipamentos e serviços de cada secretaria / órgão participante;

De acordo com os motivos, definir as secretarias responsáveis (exemplo: trabalho infantil – assistência social; gravidez na adolescência – saúde; falta de vagas – Educação etc.);

Acordar como será o acompanhamento intersetorial por nível de complexidade: casos mais complexos levar para as reuniões do Comitê Gestor ou acionar o Comitê Ampliado; casos mais simples são encaminhados diretamente via comunicação na plataforma;

Quando os motivos forem relacionados às violências e violações, é necessário encaminhar imediatamente o caso à rede de proteção e ao Conselho Tutelar.



07

Dinâmica de (re)matrícula



A (re)matrícula é uma etapa importante, pois garante o direito de cada criança e cada adolescente de estudar. Sua responsabilidade é exclusiva da Secretaria de Educação.

A (re)matrícula pode ser feita a qualquer tempo e que as escolas precisam ser parceiras para garantir o retorno à escola, acolhendo os(as) estudantes que chegam. É recomendável definir:

- Fluxos de encaminhamento às escolas para a (re)matrícula;
- Orientações gerais (documentos necessários e outros requisitos).

É fundamental garantir que a criança ou adolescente que foi rematriculado não apenas permaneça fisicamente na instituição, mas sinta-se pertencente ao ambiente educacional e estimulado a aprender. Por isso, faz-se necessário prever ações de acolhimento - para saber mais, acesse o Guia Acolhimento Pós Rematrícula disponível no site da estratégia.



08

Uso da plataforma



Tão importante quanto executar a metodologia na prática, é usar a plataforma. Ela possibilita a gestão dos casos, garantindo a memória de todas as ações, bem como a análise sobre a situação do município e do estado. Dessa forma, é fundamental que a equipe seja capacitada no seu uso e que crie uma rotina de alimentação dos dados.

- Periodicidade de acesso por cada profissional (diário, semanal etc.);
- Formas de acesso por profissional (uso de formulário em papel, app no celular, computador);
- Fluxos dos casos (quais supervisores institucionais aprovam quais alertas).



09

Plano de comunicação e mobilização



Toda a sociedade precisa ser sensibilizada de que nenhuma criança e adolescente pode estar fora da escola, desnaturalizando-se essa violação de direitos. Por isso, é muito importante divulgar a Busca Ativa Escolar, comunicando acerca de suas ações, tornando a sociedade uma aliada e, por vezes, parceira das ações desenvolvidas. O Plano de comunicação e de mobilização deve ser elaborado após o planejamento sobre como a estratégia será implementada no município.

Sensibilização e mobilização da sociedade (definição de públicos, eventos, produtos e estratégias de alcance etc.).

